



“JOVEM FORMADO CONTINUA SENDO O ROSTO DO DESEMPREGO”



Foi com estas palavras que o Deputado da Assembleia da República Ivan Mazanga manifestou seu posicionamento na plenária desta Quarta-feira, 03 de Dezembro, no decurso de mais uma sessão daquele órgão. A seguir, transcrevemos na íntegra o seu discurso:

“Senhora Presidente da AR, Excelência

Permitam antes de mais saudar o povo moçambicano em geral e em particular aos residentes do meu círculo eleitoral, a Cidade de Maputo, a já conhecida Cidade mais romântica do país, pois ao romper da madrugada e ao cair da noite são amontoados

em MyLoves ante olhar libidinoso e inerte do Governo e do Conselho Municipal que se mostram incapazes de resolver o problema por estarmos a viver a vida de Maputo dentro da estrutura de Lourenço Marques.

É nesta capital do país aonde a mendicidade é extrema denunciando a escandalosa pobreza urbana e a falência deste regime no que toca às políticas de habitação, aonde o jovem apesar de formado, continua sendo o rosto do desemprego, aonde as oportunidades de emprego continuam dependentes da ostentação do cartão vermelho.

Este leque de frustrações é o que faz com que alguns jovens fiquem a ‘ba-

*ter tentação’, parafraseando o Presidente da República! É Este mesmo Presidente, que o porta-voz do seu partido disse aqui de pulmão cheio, que ele era um mero ‘continuador’... enquanto outros foram chamados de independentistas, pacificadores, construtores, entre outros adjectivos, a ele foi lhe relegado o termo ‘continuador...’ mas isto não nos espanta, pois, estamos a assistir a continuação da criminalidade, a continuidade da perseguição ao Presidente Afonso Dhlakama, lutador tenaz pelas oportunidades iguais para todos. É sim continuador das políticas de EMATUM, continuador da má governação... isto para **continua na pág 3***

CHEGOU A HORA DA PROVA DE BOA VONTADE!

A Assembleia da República vai na próxima semana debater a proposta de Lei sobre a revisão da Constituição da República submetida pela Bancada Parlamentar do partido RENAMO, cuja discussão estava prevista para a última quinta-feira, 3 de Dezembro.

Nesta proposta de Lei, a RENAMO sugere que nos termos da alínea b) do Artigo 160 da Constituição da República, que os governadores provinciais passem a ser propostos pelas Assembleias Provinciais; e no Artigo 2 A, sobre as Disposições Transitórias, “até à concretização do disposto na alínea b) do n.º 2 do Artigo 160 da Constituição da República de Moçambique, os governadores provinciais sejam propostos, em cada província, pelo candidato mais votado nas eleições presidenciais de 15 de Outubro de 2014, na respectiva província.

Sugere ainda a RENAMO que no Artigo 271, sobre os objectivos do Poder Local, seja suprimida a formulação “participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da sua comunidade e promover o desenvolvimento local”, por “prossecução de interesses próprios dos cidadãos residentes nas circunscrições territoriais das autarquias locais”.

No Artigo 273, acrescenta uma nova categoria de autarquias locais, a autarquia provincial, cujo território coincide com a área da circunscrição com categoria de província.

É uma proposta de lei que de resto traz dois aspectos fundamentais para à análise. O primeiro aspecto fundamental é de uma RENAMO que contrariamente ao que tem sido propalado de que pretende alcançar o poder a força e a margem da Lei e dos ditames democráticos, continua a apostar nas vias legais e políticas para a busca de soluções.

Por outro lado, temos uma Frelimo que mais uma vez vai a um teste de boa vontade que tanto tem propagandeado estar aberto para por via do diálogo resolver as diferenças.

Entende a RENAMO que o maior fórum de diálogo

a nível nacional, é a Assembleia da República onde se discute abertamente e os consensos são vinculados ou transformados em lei.

Se há que mostrar boa vontade e abertura ao diálogo que tanto Filipe Nyusi e seus acólitos pregam, chegou a ocasião para tal, e o fórum escolhido pela RENAMO é aceitável.

Porque a Assembleia da República é um fórum cujos debates são abertos e acessíveis a qualquer um, ao contrário do diálogo do Centro de Conferências “Joaquim Chissano” onde tudo decorria à portas fechadas e no final saiam alegações de um e outro. Exigiam demasiado, espera-se que desta vez o povo entenda quem afinal nega demais e nunca esteve preparado a acolher a opinião dos outros actores políticos nacionais.

Embora esteja a ser veiculado de que o grupo da Frelimo na Comissão dos Direitos Humanos, Assuntos Constitucionais na Assembleia da República terá chumbado a proposta, a RENAMO e o povo esperam ver com que maturidade e interesse o documento será discutido.

Qualquer tentativa de reprovar o documento como forma de humilhar o proponente não deixará nenhuma margem de dúvidas de que o diálogo que Nyusi tanto defende querer manter com a RENAMO não passa de mentira e manobra de diversão.

A decisão final da Assembleia da República dominada pela Frelimo que recair sobre a proposta da revisão constitucional submetida pela RENAMO, poderá uma das duas ou resgatar a confiança que já não existe entre os moçambicanos ou poderá ser o princípio de uma rotura definitiva.

Os moçambicanos têm agora mais uma oportunidade para se reencontrarem através do consenso, se este for alcançado como é desejo da maioria neste projecto, cujo aprovação ou reprovação poderá determinar o rumo dos acontecimentos no país.

É chegada a hora do grande teste da boa vontade!

Ficha técnica

Director: Jeronimo Malagueta;

Editor: Gilberto Chirindza;

Redacção: Natercia Lopez;

Colaboradores: Chefes regionais de

informação;

Maquetização: Sede Nacional da Renamo

Av. Ahmed Sekou Touré nº 657;

Email: boletimaperdiz@gmail.co.mz

Cells: 829659598, 844034113;

www.renamo.org.

Nº de Registo

07/GABINFO-DEC/2015



continuação da pág 1 mostrar claramente, dito pelos de dentro, que o Senhor não tem propósito claro de governação, é vazio de iniciativas concretas, de perspectiva e propriedade, resumindo, lhe chamam seguidista...

E é por isso que o seu Governo aqui presente não o respeita! Exemplo disso está nas Forças de Defesa e Segurança que continuam a perseguir o membro do Conselho de Estado, que por força da Lei tem um Estatuto Especial. Se o obedecem, então podemos concluir que o Senhor é que é o mandante da caça ao Presidente Dhlakama? Mostra, Senhor presidente, que se distancia destes ataques, exonerando os responsáveis dos pelouros envolvidos nesse projecto macabro.

O senhor tem dito que as boas ideias não têm cor partidária, mas aqui na AR assistimos o contrário. Os seus 'subordinados' no Conselho de Ministros, quando se dá palavra à Chefe da Bancada da Frelimo aplaudem em pé e quando é a vez dos Chefes das bancadas da oposição ficam inertes quão betão armado da ponte sobre o rio Save. Afinal de contas, estão a aplaudir o quê? A cor do partido ou a ideia? São profetas para preverem o que ela vai dizer? Ou estiveram sentados juntos a produzirem o discurso por isso já sabem o que está lá escrito? Então é falsa a ausência de cor partidária nas ideias.

Senhores do Conselho de Ministros, era suposto que fossem Governo dos Moçambicanos e não dos da Frelimo, por sinal uma minoria neste país... A democracia que está na nossa Constituição assenta na separação de poderes dos quais, os Senhores fazem parte de um que é distinto deste legislativo. Se não querem se respeitar a si próprios então respeitem e dignifiquem o povo moçambicano. Dignifiquem esta democracia que o Presidente Afonso Dhlakama tanto lutou e continua a lutar, parando terminantemente com esse espectáculo medonho e

vergonhoso. O pior de tudo é que isto se reflecte no dia-a-dia dos vossos pelouros. Só há oportunidades para os da Frelimo...

Os senhores não estão aqui para representar o Partido Frelimo mas sim o Governo de Moçambique. Se vieram aqui para estar com Frelimo já vos sugerimos que carregassem os assentos para aquele lado quebrando de uma vez por todas essa pseudo-equidistância.

Senhora Presidente, a legitimidade



de um Governo não se limita apenas aos resultados das eleições, pior para este Governo que não as venceu. É preciso que exista a legitimidade de exercício que tem como base a obra realizada. Esta também os senhores não conseguem ter por isso a população, questiona: o que está a ser feito para esclarecer de uma vez por todas as perseguições, os ataques criminosos, as sucessivas emboscadas e o cerco à residência do Presidente Afonso Dhlakama, que culminaram com mortes de civis afectos aos seus serviços complementares, e destruição de seu património?

Com o desarmamento compulsivo, o povo quer saber, quantas armas já conseguiram levar? A custa de quantas vidas? Quantas mais faltam? Excelências, estas perseguições ao Presidente Afonso Dhlakama estão a ser extensivas aos desmobilizados de guerra da Renamo como aconteceu recentemente do bairro

Polana Caniço arredores da Cidade de Maputo. O que está a ser feito para a responsabilização da Polícia que invadiu as suas residências, os algemou, espancou, e os transportou em situações desumanas e ainda forjou provas para os incriminar?

Senhora Presidente, a soberania de um país deve ser uma fonte de orgulho. As fronteiras representam um marco da soberania. Contudo, nas fronteiras de Zóbie, Cuchamano, Biribiri, todos na

Província de Tete, sim, ali mesmo ao lado da Cahora Bassa, os serviços fronteiriços funcionam sem energia eléctrica. A que têm é dos países vizinhos que quando lhes convém restringem o seu fornecimento trazendo escuridão à nossa soberania. Porque voz do povo, terminamos perguntando: para quando o fornecimento da energia eléctrica a estas e outras fronteiras com base na rede nacional? Para quando o fim da perseguição ao Presidente Afonso Dhlakama? Para quando a exoneração das altas patentes da polícia que há muito capitularam perante o crime?

Por fim, para quando a Prisão dos senhores da EMATUM, fonte da nossa mais recente desgraça económica?

Por terem me escutado, ni khense swinene!

Ivan Mazanga

Maputo, 03 de Dezembro 2015

PRESIDENTES DA LIGA DA JUVENTUDE DA RENAMO REUNIDOS EM MAPUTO



Decorreu na Cidade de Maputo a Primeira Conferência Nacional dos Presidentes e Mobilizadores Provinciais, alargada a outros quadros da Liga da Juventude da RENAMO. O evento foi dirigido pela respectiva Presidente Dra. Ivone Soares e teve lugar no dia 30 do passado mês de Novembro, tendo como pano de fundo debater as teses e definir actividades prioritárias no espaço que nos separa da Conferência Nacional desta organização juvenil.

No leque dos assuntos em debate, mereceram destaque igualmente a necessidade de se aprimorar a comunicação interna e coordenação de actividades no que tange ao sector da Mobilização e Recrutamento de novos membros para a Liga da Juventude e conseqüentemente para o Partido, a Democracia efectiva, a Paz e a reconciliação nacional, assim como a reflexão sobre como realizar eleições livres, justas e transparentes que não sejam passíveis de discórdias. Neste encontro foram produzidos quatro documentos, ex-

teriorizando a manifestação de repúdio a forma como o país é governado e também foi produzida uma moção sobre os Órgãos de Gestão Eleitoral e a moção de encorajamento do Presidente Dhlakama pelos jovens da RENAMO, que passamos a transcrever na íntegra:

SITUAÇÃO SÓCIO POLÍTICA E ECONÓMICA DO PAÍS

O país vive um ambiente de tensão político militar e até social, resultado da governação selvagem e irresponsável, levado a cabo pelo regime da Frelimo.

A situação sócio política Moçambicana é preocupante. Desde que se alcançou a Independência Nacional, as Liberdades e os direitos dos Moçambicanos têm sido ignorados e servidos pelo partido no poder.

Desde 1975 verifica-se ausência de um Estado de Direito Democrático. O partido no poder confunde-se, de forma propositada e deliberada, com o Estado. É mais que evidente a Partidarização do Estado e o ne-

potismo protagonizado pelo regime, como tentativa de se manter no poder sugando o máximo do suor dos moçambicanos a favor dos familiares dos governantes.

O Acordo Geral de Paz, fruto da luta heróica pela Democracia Multipartidária levada a cabo pela RENAMO, sob direcção do Presidente Afonso Dhlakama, concede direitos Democráticos que o povo quer usufruir mas que o partido no poder nega aos Moçambicanos.

Nossos irmãos e irmãs nas FDS devem ser, regra geral, usados em momentos e ocasiões específicas contra invasores. Enquanto isso não acontece, ficam confinados nos quartéis a espera que seja declarada guerra. A UIR é uma entidade anti-motim, isto é, age em circunstâncias em que a ordem pública seja alterada por um curto espaço de tempo e depois regressam ao aquartelamento. O mesmo que fazem os bombeiros. A PRM circula para garantir a permanência e a continuidade da ordem e seguranças públicas. *continua na pág 5*

O tipo de armamento que deviam usar são os cassetetes, algemas e gás lacrimogéneo e nunca AK47, tida como das melhores armas de guerra. Afinal estão em guerra com o cidadão que deviam proteger? É por isso que a população, ao invés de respeitar e se sentir protegida pela polícia, temem-na...

O armamento bélico que circula indevidamente pelas arteiras da Cidade de Maputo e pelo país adentro, tem o fito de intimidar, ameaçar e coarctar os direitos dos cidadãos, por isso a Juventude Moçambicana condena veementemente esta prática!

O SISE, é uma entidade que deve estar ao serviço do Estado, fornecendo informações credíveis e fidedignas que possam permitir que haja um posicionamento racional e responsável na busca de soluções para os problemas do país. O SISE deveria estar preocupado com a defesa da nossa soberania, seja política ou económica, motivações e soluções para a subida do dólar e a consequente inflação e carestia da vida dos moçambicanos.

Todas estas vicissitudes, acontecem porque as cláusulas do AGP não foram respeitadas por isso o regime da Frelimo usa as FDS como sua propriedade.

Por isso, a Juventude da RENAMO, embuída pelo sentido de Estado e de responsabilidade, exige de forma reiterada o que foi definido no Acordo Geral de Paz seja respeitado e implementado na sua íntegra.

Em matéria de exército, o protoco-

lo IV do acordo geral de paz determina que:

- As forças de defesa e segurança, são constituídas por 50% de elementos vindo das FPLM e 50% vindo das forças da RENAMO.

- Exército republicano apartidário de carreira profissionalmente idóneo, competente, exclusivamente compostos por cidadãos moçambicanos voluntários, proveniente das Forças de ambas partes servindo, com profissionalismo o país, respeitando a ordem democrática e Estado de Direito, devendo a sua composição garantir a inexistência de qualquer forma de discriminação racial, étnica, de língua ou de confissão religiosa. Contudo, o governo da Frelimo de forma flagrante foi violando este acordo desde 1994. A segurança da RENAMO é um direito adquirido em Roma, plasmado no AGP.

Neste quadro, é bastante claro que tanto a segurança das altas individualidades da RENAMO, incluindo a inerente posse de armas de defesa, foi estabelecida no AGP, na presença de entidades nacionais e internacionais.

Portanto, o desarmamento compulsivo levado a cabo pelas FDS é ilegal. Viola os direitos adquiridos em sede do AGP. Pior, é uma declaração clara de guerra que o governo está a fazer ao povo moçambicano. E a juventude moçambicana vinca que não irá aderir à guerra simplesmente para alimentar os apetites e egoísmos inconfessos dos governantes da Frelimo, motivados pela inveja da popularidade do Messias.

Minhas senhoras e meus senhores,

um Estado que persegue para eliminar fisicamente um adversário político que ainda por cima é Membro do Conselho de Estados de pleno direito, é obsoleto que se envergonha de si próprio. Isto é, comete autofagia.

O silêncio cúmplice de alguns intelectuais e académicos é um travão ao desenvolvimento do país. Os estudos e as reflexões necessárias ao processo de desenvolvimento são permanentemente distorcidas porque a todo custo é necessário agradar aos governantes. Como exemplos claros, os poucos que ousam falar a verdade, contrariando o discurso oficial do regime, perdem emprego, vêem as suas actividades prejudicadas, e até em alguns casos são assassinados.

A semelhança dos seus professores muitos estudantes do ensino superior sentem-se intimidados pelo regime do dia, pouco fazem para mudar a situação precária do país nos vários domínios. E assim a academia deixa de ser o local de produção de um pensamento crítico e passa a ser um viveiro de formatação e convivência macabra.

Aqueles que estão no ensino superior tal como acontece com muitos licenciados, cedem a cobardia na esperança de conseguir vaga na função pública, hipotecando deste modo a liberdade de pensamento necessária para o desenvolvimento do país.

A liberdade de imprensa está fortemente condicionada, os órgãos de informação público e privados sofrem pressões recorrentes do regime quando procuram escrever a verdade sobre o país. A sobrevivência das empresas de comunicação social de-

continua na pág 6





continuação da pág 5 e a maior parte das empresas públicas e de capitais mistos, e ela quem decide a inserção de publicidade recusando-a aos órgãos que não prestem vassalagem.

A carestia de vida que assola os Moçambicanos fruto de políticas económicas mal definidas pelo regime, e a corrupção que afecta todas instituições do Estado desde o topo a base preocupa a Juventude da RENAMO.

A Liga da Juventude da RENAMO, exige que, os que delapidam os fundos públicos sejam responsabilizados.

O Governo da Frelimo no lugar de se concentrar na solução dos problemas económicos que assolam os Moçambicanos, continua a perseguir a RENAMO e o seu líder para o assassinar gastando mares de dinheiro comprando material bélico e mandando jovens para as matas para lutar contra os seus irmãos.

Minhas irmãs e meus irmãos, o sector da Defesa tem mais verba que o da Agricultura, num país onde ainda falta pão. Estamos a investir em instrumentos de morte (armas) do que em fonte de produção e manutenção da vida (alimentos). Isto demonstra logo que estamos perante um regime sanguinário que nada

tem a ver com a vida dos moçambicanos mas sim como seu bem-estar.

É neste momento em que se os órgãos de administração da justiça fossem independentes deviam levar à barra do tribunal os responsáveis pela EMATUM, estrada circular de Maputo e a Ponte Maputo-Katembe, pois estes assassinaram e continuaram a assassinar por muito tempo a economia do país e por tabela os próprios moçambicanos.

Daí que a juventude moçambicana exige inequivocamente que sejam julgados e responsabilizados. Não podemos assistir a impunidade dos homens que comprometeram o nosso futuro.

MOÇÃO DE REPROVAÇÃO AOS ÓRGÃOS DE GESTÃO ELEITORAL

No dia 15 de Outubro de 2014, mais uma vez, a população Moçambicana com idade eleitoral, foi chamada as urnas para escolher os seus dirigentes. O povo votou com sabedoria, contudo, a vitória dos que efectivamente ganharam as eleições, foi arrancada pelo partido no poder, usando os órgãos de gestão eleitoral. Esse arrancar da vitória da oposição nas Eleições de 15 de Outubro, foi anunciado pelo então Presidente dos camaradas, Armando Guebuza,

logo após a validação das eleições pelo Conselho Constitucional. Este órgão, ao serviço do Regime, mesmo sem ser entregues os Editais pela Comissão Nacional de Eleições, validou os resultados de dia 15 de Outubro.

Face a essas injustiças eleitorais, o povo Moçambicano, sobretudo o do Centro e Norte, manifestou o desejo de ver a justiça eleitoral reposta.

O Presidente Afonso Dhlakama, palmilhou o país, aproximando-se do povo, fonte primária e última da sua inspiração, para juntos encontrarem uma solução pacífica para este imbróglio. Como forma de minimizar a dor de ser arrancado a vitória, o povo moçambicano em comícios super concorridos orientou ao Partido RENAMO para que submetesse à Assembleia da República o Projecto de Lei das Autarquias Provinciais que na essência permitiria que o povo fosse governado por quem ganhou em cada uma das suas províncias, trazendo deste modo a justiça e a coerência do contrato social. Portanto, aquele Projecto é do povo e não do Partido RENAMO ou do Presidente Dhlakama. Como a Frelimo nunca respeitou a vontade do povo, reprovou na Assembleia da República, o Projecto do Povo alegando ser inconstitucional, com base em artigos da Constituição. **continua na pág 6**

Sendo assim, a resolução pacífica dos diferendos que caracteriza o Partido RENAMO, levou este partido a propor a revisão pontual da constituição tendo como enfoque os artigos evocados pela Frelimo, como forma de viabilizar a vontade do Povo.

Portanto, os Órgãos de Gestão Eleitorais junto com o Conselho Constitucional, são os grandes responsáveis pela actual situação em que o país se encontra mergulhado, pois legitimaram uma fraude, jogando mais uma vez para o lixo a vontade popular manifestada nas urnas.

E ainda sobre as eleições, os Jovens da RENAMO reiteram que a população da província de Gaza, deve ser liberta das garras do regime do dia para que possa também fazer o usufruto das liberdades Democráticas, conquistadas em Roma e a juventude terá um papel preponderante e enérgica nesta façanha. Não podemos permitir que Gaza seja vista como uma ilha neste país. Esta província não é propriedade exclusiva de ninguém a não ser a população moçambicana. Não iremos tolerar mais a intolerância política protagonizada por arruaceiros e criminosos afectos ao regime.

MOÇÃO DE ENCORAJAMENTO A SUA EXCIA PRESIDENTE AFONSO DHLAKAMA

A coragem, inteligência, humanismo, espírito de sacrifício e amor a pátria que caracterizam o Presidente Afonso Dhlakama, demonstrados desde a sua juventude, são fonte de inspiração para todos os jovens moçambicanos. Por isso, saudamos esse seu espírito de sacrifício para o bem-estar dos moçambicanos.

Por isso, é com grande consternação que os jovens verificam que este regime, movido pela inveja da popularidade e do carisma do Presidente Afonso Dhlakama, pretendem o eliminar fisicamente.

Neste sentido, a Juventude da RENAMO declara-se pronta para apoiar de forma incondicional todas as acções levadas a cabo pelo

partido e sua Excia. Presidente Afonso Dhlakama. A Liga da Juventude, tudo fará para que o Presidente regresse ao convívio normal da sociedade o mais breve possível e numa situação em que a verdade eleitoral esteja reposta. A Juventude tudo fará para que se consolidem os pilares da Verdadeira Democracia, fruto da luta da RENAMO sob liderança sábia e fluida do Presidente Afonso Dhlakama.

Demonstração clara do apoio da juventude ao Presidente Dhlakama, funda-se na aderência massiva, enérgica e entusiástica da juventude aos comícios do Messias. E este calor senhor Presidente, está aceso mais do que nunca!

EXORTAÇÃO AS NAÇÕES UNIDAS

Durante 16 anos, a RENAMO lutou gloriosamente para trazer a democracia multipartidária. Este conflito só terminou com a assinatura dos acordos de Roma a 4 de Outubro de 1992.

Para além de outras potências, estes acordos foram feitos sob auspícios das Nações Unidas dentro do espírito da prossecução da paz mundial.

Como resultado do referido acordo, houve direitos e obrigações para ambas partes. A RENAMO, ficou com a responsável pela segurança pessoal imediata dos seus mais altos dirigentes. O governo da República de Moçambique, concederia estatuto policial aos elementos da RENAMO encarregues de garantir aquela segurança.

Neste quadro, eh bastante claro que, tanto a segurança, como as armas detidas pela RENAMO são legais e legítimas. A segurança da RENAMO, incluindo a posse de armas de defesa, foi estabelecida no AGP, na presença de entidades nacionais e internacionais com destaque para as próprias Nações Unidas.

Sucede que, os membros das forças gloriosas da RENAMO não foram dados o estatuto de policia que lhes e de direito. Nos últimos tempos, os poucos que tinham sido

integrados estão a ser ciclicamente expurgados das forças de Defesa e Segurança lhes mandado para reserva alegando questões de idade, algo que não acontece com os vindo das forças governamentais... Pior ainda são as perseguições ao Presidente Afonso Dhlakama e dos homens afectos a sua segurança com o fito de desarmá-los compulsivamente, política esta que traz uma vez mais o espectro de guerra.

A RENAMO, na boa fé que caracteriza os seus actos, considerava que a instabilidade político-militar trazida pelo Governo tinha terminado com o acordo de sensação das hostilidades militares assinado a 5 de Setembro de 2014.

Mau grado, mais uma vez, o governo não honrou com a sua palavra e recomeçou com a caça ao Presidente Dhlakama e aos homens afectos a sua segurança e ao pessoal dos serviços complementares. Portanto, estamos a lidar com um governo que não é confiável, não cumpre com as suas obrigações resultantes dos acordos que assina, o que demonstra o seu não comprometimento com a paz no país.

Sendo assim, exortamos as nações Unidas, para que mais uma vez cumpra com os seus propósitos e venha a Moçambique auspiciar oficialmente não só a assinatura dos acordos mas também a sua execução e implementação. Esta última condição, fundamental para a paz em Moçambique.

Dra. Ivone Soares

Presidente da Liga da Juventude da RENAMO

